



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 19/2017 QUE CELEBRAM ENTRE SI A**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E A EMPRESA**  
**REAL ENERGY LTDA.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**, por intermédio do **Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos**, com sede na Rua Augusto Viana, S/N – Canela, na cidade de Salvador – Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 15.180.714/0001-04, neste ato representado por seu Magnífico Reitor, **Prof. JOÃO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA**, nomeado por Decreto, de **18/08/2014**, da Presidenta da República, publicado em **19/08/2014**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia, de **02/07/2010**, doravante denominada CONTRATANTE, e o (a) **REAL ENERGY LTDA**, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 41.116.138/0001-38, sediado (a) na Av. Beira Canal, nº 049, Bultrins, Olinda/PE, CEP 53.320-085, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr.(a) **ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 3.442.285, expedida pela SSP/PE, e CPF nº 588.363.304-87, vem celebrar o presente Contrato, conforme **Dispensa nº 29/2017, Processo nº 23066.037050/2017-30**, com base no Artigo 24, *Inciso IV*, da Lei nº 8.666/93, nos termos adiante ajustados, no que couber a sua execução, às normas da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008 e demais cominações legais pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação emergencial de empresa para execução de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para Unidade de Diálise e Terapia Renal (UDTR), conforme especificado no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Processo nº 23066.037050/2017-30.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se à Dispensa nº 29/2017 - Processo de nº 23066.037050/2017-30, bem como ao Termo de Referência e a proposta do fornecedor, que constam no referido processo, independentemente de transcrição.

### 1.3. Objeto da contratação

Item	Descrição	CATSER	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviços comuns de engenharia para Unidade de Diálise e Terapia Renal (UDTR)	22225	01	R\$ 359.512,08	R\$ 359.512,08
VALOR TOTAL					R\$ 359.512,08

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

**2.1.** O presente Contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da sua assinatura.

**2.2.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

**2.3.** O prazo para a execução dos serviços, objeto desta contratação emergencial é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

**2.4.** A execução dos serviços será iniciada em até 60 (sessenta) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada (data limite para entrega dos equipamentos correspondentes ao item 1 da planilha orçamentária), e deverá ser finalizada em até 30 dias corridos.

**2.5.** O prazo de entrega dos equipamentos de climatização em sua totalidade (aqueles constantes no item 12 da planilha orçamentária) será de 60 dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

**2.6.** O início dos serviços está condicionado à apresentação da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) que deve ser entregue a FISCALIZAÇÃO em até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser aplicada multa em caso de atraso não justificado.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

**3.1.** O valor total da contratação é de R\$ 359.512,08 (trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e doze reais e oito centavos).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.1.** As despesas referentes ao presente contrato correrão por conta da dotação abaixo discriminadas:



Gestão/Unidade: **15223/153040**

Fonte: **SUS/REHUF**

Programa de Trabalho: **109664 ou equivalente**

Elemento de Despesa: **339039**

Pl: **S8585G71HUN ou equivalente**

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

**5.1.** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, através do Complexo HUPES, mediante crédito em conta, agência e banco indicados pela CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos, observadas as seguintes condições:

- a) O pagamento será efetuado pela Contratante após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e os materiais empregados.
- b) A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- c) As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome do Hospital Universitário Prof. Edgard Santos, CNPJ 15.180.714/0002-87, sito à Rua Augusto Viana s/nº. - Canela – Salvador Bahia, CEP 40.110-060, e com as especificações, unidades e valores, de modo idêntico àquelas constantes da Nota de Empenho, mencionado ainda em seu corpo o número da Nota de Empenho correspondente.
- d) No caso de incorreção na Nota Fiscal e/ou no caso dos produtos entregues/serviços prestados não correspondam às especificações do Contrato, a Nota Fiscal será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação e/ou regularização do problema e consequente aprovação pela CONTRATANTE, através do Complexo HUPES.
- e) Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente da liquidação de qualquer obrigação e esse fato não será gerador de direito à reajustamento de preços ou à atualização monetária.
- f) Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto contratado nos termos da legislação vigente.
- g) Caso a empresa fornecedora seja optante pelo SIMPLES, instituído pela Lei 9.317/96, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a Declaração de que

é optante pelo SIMPLES, em duas vias, a fim de evitar retenção na fonte dos tributos, conforme legislação vigente, observando as vedações da opção constantes da Lei nº 9.317 de 05/12/1996 e alterações posteriores.

h) O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado no SICAF.

i) Havendo erro na apresentação da Nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

j) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

k) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

l) A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

m) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (6/100)$$

$$I = (TX)$$

$$365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

**5.2.** O valor estimado no caput desta Cláusula deverá ser considerado para efeito apenas de planejamento da execução orçamentária por parte da CONTRATANTE, sendo que o

pagamento será efetuado de acordo com o que for efetivamente solicitado pela CONTRATANTE e entregue pela CONTRATADA.

**5.3.** Inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços a serem executados.

**5.4.** Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de ordem bancária, com depósito na conta corrente, é proibido à CONTRATADA a emissão de duplicatas em função deste Contrato. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ato ilícito grave, equiparável a emissão de “duplicatas simuladas” demandará o sancionamento da CONTRATADA com a pena prescrita no art. 7º da Lei 10.520/02, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inc. III, do art. 88, da Lei 8.666/93 e art. 28, do Decreto 5.450 de 01/06/05 que regulamenta a Lei 10.520 de 17/06/02.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**6.1.** A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 17.975,60 (dezesete mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), cabendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades previstas na Lei nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias após assinatura do Termo de Contrato, observadas as condições previstas no Termo de Referência.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo ao processo nº 23066.037050/2017-30.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**8.1.** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao processo nº 23066.037050/2017-30.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**9.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato.

**9.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualidade técnica necessários para a execução do objeto.

**9.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**10.1.** O valor deste Contrato é fixo e irrevogável.

**10.2.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**11.1.** As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao processo nº 23066.037050/2017-30.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRADA.**

**12.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no Art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à ADMINISTRADA o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3.** A ADMINISTRADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.4.3.** Indenizações e multas.

**12.5.** Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII do Art. 78, da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da ADMINISTRADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES**

**13.1.** É vedado à ADMINISTRADA:

**13.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**13.1.2.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS E DA LEGISLAÇÃO APLICADA**

**14.1.** O presente contrato rege-se pelas disposições expressas pela Lei nº 8.666/93, com a redação atual que lhe foi dada pela legislação superveniente e demais cominações legais pertinentes, pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente os princípios da



teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, sendo que os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os participantes, à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Salvador - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Salvador, 22 de Novembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
JOÃO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA

Reitor da UFBA

  
\_\_\_\_\_  
Alberto Cardoso  
ALBERTO CARDOSO CORREIA REGO FILHO

Representante Legal da REAL ENERGY LTDA.